

O ENCONTRO DA “SOLDADESCA DESENFREADA” COM OS “CIDADÃOS DE COR MAIS LEVIANOS” NO RECIFE EM 1831

MARCUS J. M. DE CARVALHO

Resumo: este trabalho busca atender as motivações e o significado da Quartelada no Recife, mais conhecida como Setembrizada.

A Setembrizada é um episódio da história pernambucana que fascinou os historiadores por diversas razões. A principal delas é ausência de oficiais entre os amotinados que tomaram o Recife em setembro de 1831. Para resumir uma história longa, naquele dia a “soldadesca desenfreada”¹ ocupou as ruas, misturando-se então com os “cidadãos de cor mais levianos”² Espalhar-se, assaltando lojas e espancando os que se opunham. Depois, muitos desertaram, saindo da cidade por terra, de canoa ou jangada. Os demais aboletaram-se na zona do baixo meretrício do velho bairro portuário, onde se embebedaram. Depois de dia e meio de tensão e confusão, o governo juntou uma tropa de milicianos urbanos, reforçada por quase duzentos estudantes de direito, oficiais de linha, e jagunços dos senhores dos engenhos próximos à cidade. Atacaram impiedosamente os amotinados que estavam desorganizados e, é claro, de resaca.

Boa parte das fontes sobre esse episódio foi coletada no século passado por Pereira da Costa e, posteriormente, complementada pelos estudos de Manoel Correia de Andrade e Mário Márcio de Almeida Santos.³ A Setembrizada tem sido entendida como uma reação dos soldados que serviam em Pernambuco contra maltratos que iam das punições físicas à falta de pagamento. Isso dentro do clima de inquietação política causado pela queda de Pedro em abril de 1831. Permeando todo esse processo, um conjunto de tensões sociais e raciais emanadas do sistema escravista, que transbordou para os quartéis, onde nem todos eram brancos. Na visão de Joaquim Nabuco, e de toda a historiografia posterior, a questão racial era, entre todas, a mais importante e, por si, já explicaria a maior parte dos inúmeros levantes militares ocorridos nessa época em várias províncias.⁴

Essas hipóteses estão basicamente corretas. Mas ainda há muito a ser investigado.

Em primeiro lugar, há uma série de outras tensões, menos permanentes dos que as raciais, que afloram claramente no ano de 1831 e ajudam a explicar porque o rompimento foi em setembro e não antes ou depois, quando havia também castigos corporais, falta de pagamento e preterição de negros e pardos nas promoções. Estudando os focos de conflito mais circunstanciais é possível entender um pouco mais das motivações que levaram a "soldadesca" a se amotinar em setembro de 1831, e entender melhor as relações entre esta e a "população".

Em segundo lugar, a Setembrizada, como a explosão de um conjunto de tensões sociais e políticas latentes, serve como prisma através do qual se pode enxergar com mais clareza as mudanças por que passava a estrutura institucional naquele momento. Essa estrutura comportava uma série de hierarquias paramilitares justapostas, com atribuições legais diversas, mas que na prática davam no mesmo. Entre elas estava a justiça de paz, a guarda nacional, e as várias milícias conjunturais - como a Guarda Municipal criada em 1831 no Recife. O corpo de Ordenanças - legalmente extinto - ainda não saíra totalmente de cena, pois ainda levaria um bom tempo antes que os antigos capitães-mores deixassem de exercer as atribuições que o cargo lhes conferia.

A nossa história começa quando chegou a Pernambuco a notícia da abdicação de Pedro I, ocorrida no dia 7 de abril de 1831. Tal como acontecera em outras províncias, passava para a defensiva as lideranças políticas identificadas com os ideais liberais mais conservadores ou até mesmo anti-liberais, como era o caso dos que defendiam o absolutismo. Retomavam fôlego os liberais constitucionalistas, muitos dos quais haviam sido eleitos para a Câmara de 1830 que apressara a renúncia de Pedro, como bem coloca a historiografia desde Varnhagen e Nabuco.

Os liberais radicais pernambucanos sofreram nas mãos de coroa as agruras da repressão contra a Confederação do Equador, em 1824. E ainda tiveram que engolir como Presidente da Província, em 1828, o juiz do processo contra os rebeldes de 1824, Tomás Xavier Garcia de Almeida. Claro que a derrota da Confederação do Equador foi conseguida com significativo apoio local às tropas imperiais.⁵ Mas, da perspectiva das oligarquias do Nordeste, a administração do primeiro reinado fora um tanto quanto desastrosa. O país afogara-se em dívidas. Gastara-se tudo do erário na duvidosa aventura da Cisplatina, e o timão do comando político da nação passara definitivamente para um eixo de províncias no sudeste do país.⁶ Até mesmo gente que se

omitira da Confederação do Equador em 1824, em 1831 via com alívio a volta de Pedro para Portugal.

O caso dos irmãos Cavalcanti exemplifica bem essa mudança. A rigor eles haviam sido os principais beneficiários da derrota da Confederação do Equador, pois foi a partir dali que ascenderam à liderança do grupo político que apoiara a repressão, formado por vários clãs da velha aristocracia açucareira, que tinham sobrenomes diversos e não necessariamente Cavalcanti ou Albuquerque.⁷ Os três irmãos Cavalcanti tornaram-se deputados pela província, eleitos a partir das amplas bases clientelísticas nas eleições censitárias do primeiro reinado.⁸ Só que Pedro, desde o começo, temia nomear as aristocracias locais para os mais altos cargos. Tanto que, ao indicar os Senadores por Pernambuco, deixou de lado Luís Francisco - segundo o Marquês de Paraná o mais brilhante dos três - que seria o candidato natural da província àquela vaga.⁹

Durante o primeiro reinado, os Cavalcanti mostraram uma certa autonomia em relação à coroa - apesar de terem ficado do lado da ordem em 1824. Talvez a melhor indicação disso foi a ousadia de Antônio Francisco de Paula Holanda e Cavalcanti (mais conhecido por Holanda), ao lançar a primeira crítica ao Imperador a ser transcrita na resposta a Fala do Trono, na abertura da Câmara em maio de 1828. Até então as respostas ao discurso imperial haviam sido ameníssimas. Mas Holanda não economizou palavras, ao propor uma emenda no voto de graças da câmara, no qual substituía a expressão “a mais completa satisfação”, pela expressão “o maior pesar”, pois os tratados internacionais concluídos por Pedro não haviam sido levados ao conhecimento da Assembléia antes de sua ratificação. Nenhuma emenda fora tão atrevida até então.¹⁰

Esse afastamento dos Cavalcanti de Pedro talvez explique porque um deles, o Francisco de Paula, foi substituído da Presidência da província em setembro de 1828 por dois desembargadores que se sucederiam no cargo até 1832. Seguindo a estratégia de nomear letrados que dependiam do salário para viver, Pedro garantia a fidelidade dos detentores dos postos na administração.¹¹ De uma certa forma, portanto, a queda do Imperador não era ruim para os Cavalcanti, apesar do risco representado pela possível volta dos liberais mais radicais. Após o 7 de abril, articularam-se rapidamente visando fechar o círculo do poder, assegurando assim as rédeas da província.¹²

Nesse contexto, em que até os antigos aliados de Pedro em Pernambuco, já não estavam satisfeitas com sua política, a notícia da sua queda foi mais ou menos bem vinda pelas mais variadas facções que disputavam o poder na província. Exceção, claro, eram os pés-de-chumbo, e aqueles letrados e militares

nomeados para cargos que não poderiam manter sem o aval real, uma vez que faltava-lhes bases de apoio local.

Foi quase imediata a reação militar ao sete de abril em Pernambuco. Os ofícios, informando das mudanças, chegaram no dia cinco de maio. Entre esses ofícios, a notícia da anistia dos rebeldes de 1824. No dia seguinte, um a um os batalhões estacionados no Recife amotinaram-se. Um deles inclusive viera do Rio de Janeiro no ano anterior.¹³ Tal como acontecia em outros lugares da América Latina na primeira metade do século XIX, a ação da tropa era seguida de alguma manifesto onde eram feitas exigências - o *pronunciamiento*, propriamente dito. Nesse documento exigia-se a demissão de várias autoridades civis e militares, acusadas de serem portuguesas, e aliadas dos “colunas”.¹⁴

À frente do movimento estavam oficiais brasileiros dos mais altos aos mais baixos escalões, o que coloca esse episódio ao lado de outros semelhantes que pipocaram pelo resto do Brasil nessa mesma época, apoiando o 7 de abril.

No comando da tropa que se levantou primeiro, estava o tenente Francisco Roma, um filho do padre morto em 1817. A queda de Pedro abria oportunidades de avanço profissional para o baixo oficialato brasileiro, que até então estava meio espremido entre a soldadesca e os oficiais mais graduados, muitos dos quais herdados do período colonial. Vários comandantes foram depostos, juntamente com os demais oficiais de primeira linha e das milícias acusados de absolutismo.¹⁵

A população urbana não ficou alheia a esses acontecimentos. Ao contrário, dizem as fontes, o “povo” do Recife fora mobilizado pelos militares e pelos civis que apoiavam a substituição das autoridades. Como a imensa maioria da população era analfabeta, os manifestos eram lidos em voz alta nos bancos da praça, conversados nas tabernas e ruas. Isso possibilitou aos habitantes da cidade formarem uma opinião sobre o assunto. Só que o discurso liberal do momento era traduzido de uma forma diferente para cada camada da sociedade. Para muitos, a queda de Pedro representava uma renovação das esperanças traídas na Independência, quando foram feitas promessas não cumpridas. Promessa implícitas no discurso nativista que culpava os portugueses pelas mazelas do Brasil. Na retórica liberal, o escravismo era reduzido a uma metáfora para a relação entre os dois países. Dizer que os brasileiros eram escravos dos portugueses, ou expressão correlata, tinha um profundo impacto. Os que não eram escravos sentiam a necessidade de se libertarem dos impostos e do recrutamento. Os escravos e seus descendentes, por sua vez, viam ali um sopro de esperança: quem sabe a nova era, complementando a independência não resultasse na emancipação dos negros? Devia ser essa a esperança

dos tais “cidadãos de cor mais levianos” que participariam da Setembrizada.¹⁶

O governo provincial foi obrigado a tomar providências diante do motim de oficiais e civis do dia 6 de maio - um motim pacífico e ordeiro, como se dizia na época. Ordeiro até demais, tanto que a turba que se juntou na frente do palácio se dispersou facilmente seguindo uma banda de música que o Presidente mandou sair tocando, levando o povaréu pelas ruas da cidade.¹⁷ E tudo acabou em festa.

Naquela momento, ainda presidia a província o desembargador Pinheiro de Vasconcelos. Mas, àquela altura dos acontecimentos, quem mandava mesmo era o Conselho de Governo, formado por membros da antiga aristocracia - as bases locais da estrutura de poder. Entre eles, o Vice-Presidente Cavalcanti de sempre e o Comerciante Gervásio Pires Ferreira. Este último representava a oposição moderada aos Cavalcanti.

Negociante rico, Gervásio era um liberal constitucionalista. Foi ele quem assumiu a presidência da primeira junta de governo de Pernambuco, em 1821. Tendo passado alguns anos preso por sua participação em 1817, temia que o grupo palaciano liderado por José Bonifácio fizesse uma independência excessivamente centralizada. Por essa razão, evitou comprometer-se com o projeto monarquista de José Bonifácio, mantendo uma certa equidistância entre o Rio e Lisboa, hora agradando às cortes, hora à coroa. Foi deposto por um golpe apoiado pelo exército estacionado no Recife, que se bandeou para o lado do príncipe regente, que afagava abertamente os oficiais e soldados brasileiros com promoções e elogios. O golpe contra a junta de Gervásio foi urdido em grande parte pelo próprio grupo liderado por José Bonifácio, que enviou a Pernambuco espiões para mobilizar a oposição local, então liderada pelo Morgado do Cabo (depois Marquês do Recife), que já contava na época com o apoio dos Cavalcanti. Esta facção ainda estaria do lado da coroa em 1824, ano da Confederação do Equador.¹⁸

Gervásio estava no Rio, durante a Confederação do Equador, ocupando uma vaga na Câmara. Homem rico, de posições moderadas, era todavia um liberal federalista constitucionalista, como se dizia na época. A queda de Pedro, em 1831, satisfazia os anseios do seu grupo - que finalmente vingava a armação contra a primeira junta nos idos de 1822. Assim que os batalhões se levantaram em maio de 1831, Gervásio juntou-se a eles. Oficialmente iria negociar uma saída pacífica para o problema. Mas, os seus adversários o acusaram de estar, na realidade, tramando um golpe para assumir a presidência da província. Isso nunca ficou muito bem esclarecido, mas é possível que, no fundo no fundo, Gervásio estivesse mesmo tentando um golpe, apesar de ter se dado ao trabalho

de escrever um longo arrazoado negando isso.¹⁹

O conselho de governo admitiu as acusações contra alguns magistrados e oficiais superiores que seriam realmente membros da coluna, e que por essa razão não seriam confiáveis aos olhos do “povo”.²⁰ Pedro I os havia nomeado. Agora eles caíam junto com o imperador.

Olhando os nomes listados pelos amotinados transparece alguns dados que de uma certa forma estão disfarçados na retórica do manifesto de maio de 1831. O primeiro deles é que os denunciados não eram apenas os “portugueses” servindo em altos cargos militares e judiciários. Alguns dos principais denunciados eram pernambucanos - da gema - pode-se dizer.²¹ No Recife, entre essas pessoas estavam o comandante das armas Bento José Lamenha Lins, e o Tenente Coronel Francisco José Martins.

Lamenha Lins era militar de carreira. Seu maior pecado, para os liberais constitucionalistas, foi ter traído o governo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, em 1824, passando-se para o outro lado, pouco antes da decretação da Confederação do Equador. A serviço das tropas imperiais e das milícias lideradas pelo Morgado do Cabo e os Cavalcanti, contribuiu muito para restaurar a monarquia na província. Após o massacre de 1824, serviu na Cisplatina. Antes de assumir o comando das armas em Pernambuco, ocupara o mesmo posto no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.²²

Francisco José Martins, por sua vez, era irmão do Domingos José Martins, o comerciante falido que esteve à frente da Insurreição de 1817. O próprio Francisco participara de 1817. Mas, depois serviu no Rio de Janeiro, terminando amigo pessoal de Pedro e absolutista convicto, segundo seus adversários, sendo inclusive o responsável pela primeira prisão de Cipriano Barata em Pernambuco.²³ Em 1824, ficaria do lado do Morgado do Cabo. Segundo o relato de um enviado dos constitucionalistas pernambucanos à capital do império, em 1824, Francisco tornara-se um cortesão de Pedro, a quem acompanhava nas suas farras noturnas no Rio de Janeiro.²⁴

A aversão a Martins e Lins, portanto, tinha raízes na participação deles na oposição e posterior repressão ao governo liberal constitucional, em 1824. Isso foi notado por Frei Caneca e pelo periódico oficial do governo pernambucano em pleno calor dos acontecimentos, antes ainda da decretação da Confederação do Equador. Não seriam facilmente perdoados pelos liberais.²⁵

Mas não é só isso. Como aconteceria outras vezes na história imperial, a punição mais generalizada pela rebelião de 1824 foi o recrutamento para o exército. Não seria um serviço de paz. Em 1825, estourava a guerra Cisplatina, que duraria até 1828. Muitos foram os recrutados em Pernambuco. Nas pala-

bras do futuro líder praieiro Nunes Machado, o recrutamento era uma “guerra civil”²⁶ - e era tratado assim mesmo pelas tropas encarregadas de arrancar os escolhidos do que quer que estivessem fazendo. O resultado é que o ódio popular a essa violência traduzia-se no ódio às pessoas que tomavam a frente dessas operações. No mundo pré-moderno as relações sociais eram quase sempre afinadas para o nível pessoal. E como a mentalidade média era profundamente influenciada pelo catolicismo popular, a responsabilidade pelos atos era interpretada em termos de culpa. Assim, as culpas pelos males da vida terminavam sendo quase sempre individualizadas, identificadas em alguém especificamente. O sistema de dominação em si, passava ao largo das percepções gerais. Quando muito era tema de conversa de intelectuais. Muita gente via a responsabilidade de tudo nas próprias pessoas dos recrutadores e seus comandantes, fossem eles brasileiros ou portugueses.

Pode-se ver claramente portanto, que por trás da retórica nativista ufanista, havia outras questões de ordem mais paroquiais. O recrutamento era uma delas.

De acordo com o Presidente da Província Francisco José Martins e o desembargador Gustavo Adolfo de Aguiar eram os “absolutistas” mais odiados de Pernambuco.²⁷

O desembargador Aquilar era outro que detinha um cargo nomeado diretamente por sua majestade imperial: presidente do tribunal da relação. Essas coisas não ficam registradas em documentos. Mas talvez fosse mesmo verdadeira a acusação de que era um dos líderes da Coluna do Trono e do Altar na província, um boato que já rolava antes mesmo da queda de Pedro.²⁸ Em 1824, quando era juiz de fora de Penedo, serviu de intermediário nas negociações entre o Morgado do Cabo e os liberais que viriam a decretar a formação da Confederação do Equador.²⁹

Como presidente do tribunal da relação, não deu guarida aos liberais. Assumiu esse cargo substituindo José Albano Fragoso, o desembargador que julgara a revolta de 1817. Em 1824, o juiz do processo foi Thomaz Garcia Xavier de Almeida, que por sua lealdade foi depois premiado por Pedro com promoção e cargos, entre os quais a presidência da província de Pernambuco em 1828. Mas houve apelações das sentenças. Só que o tribunal da relação não cedeu: as execuções foram mantidas. Aquilar permaneceria no cargo para tristeza dos constitucionalistas pernambucanos. Formaria ainda o processo contra uns panfletários em 1829 (a chamada “República de Afogados”) resultando daí uma série de prisões, consideradas arbitrarias pelos liberais de plantão. Entre os detidos estava Antônio Joaquim de Mello, candidato dos exaltados do Recife

nas eleições gerais de 1829, quando foi o segundo sujeito mais votado na cidade.³⁰

Pode-se dizer assim, que o 7 de abril prenunciava o que, no segundo reinado, viria a ser conhecido como a “gangorra” política. Quando subia um partido, todos os seus seguidores subiam com ele. Quando caía, ia todo mundo junto.

A demissão do comandante das armas e vários oficiais de alta patente rachou a hierarquia de cima para baixo. A vida de caserna arrastou-se com um comando meio difuso até os últimos dias de junho quando finalmente chegou a Pernambuco o novo comandante das armas, o brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos.

Era um homem talhado para o momento. Oficial de enorme prestígio entre os liberais no Rio de Janeiro, pois fora uma das figuras de proa das manifestações militares que serviram para agudizar a crise parlamentar que antecedeu à renúncia de Pedro no dia 7 de abril de 1831. O corpo de artilharia que comandava esteve a frente do movimento, e foi um dos primeiros a se confraternizar com a gente reunida pelos exaltados no Campo de Santana, na capital do Império, apressando a renúncia de Pedro I.³¹

Grande parte dos soldados daquele corpo viera de Pernambuco, para onde voltariam, acompanhando o novo comandante das armas. A participação desses soldados pernambucanos, nas manifestações que antecederam o sete de abril, certamente foi uma experiência importantíssima na formação política e ideológica daqueles homens. Anos depois, Borges da Fonseca, que estava no Rio em 1831, comentaria esse episódio, confirmando a mobilização de soldados pernambucanos da artilharia nos agitados dias que precederam o 7 de abril.³²

Havia sérios problemas a enfrentar nos quartéis pernambucanos, além da quebra da escala de comando.

O primeiro deles foi a anistia dos rebeldes militares de 1824. Esse era um problema grave, pois muitos militares ainda estavam em idade de serem reintegrados. Entre eles estavam o Coronel Barros Falcão e o capitão Carapeba. Ambos foram condenados à morte pela comissão militar, mas conseguiram fugir a tempo. Talvez até, nunca tenham saído de Pernambuco, quem sabe ficando em alguma das fazendas da comarca do Brejo da Madre Deus, onde as autoridades os procuravam em 1829.³³

Acompanhando essa corrente, o governo provincial, no dia 6 de maio mesmo, anulou a condecoração concedida aos que colaboraram com a repulsa à Confederação do Equador. E entre os condecorados estavam Lamenha Lins e Francisco José Martins.³⁴ Era mais um choque na linha de comando.

Pedro I fora bastante generoso com os seus aliados nos primeiros anos do seu reinado, quando enfrentou oposição em vários pontos do país após ter fechado a constituinte de 1823. Agora, em 1831, pouco valia ser amigo do rei.

Em julho, o governo provincial começou a reintegração dos anistiados de 1824 à tropa de primeira linha.³⁵ Essa medida havia sido apoiada pela imprensa local, na qual também era reivindicada a demissão de todos aqueles que porventura tivessem qualquer ligação com o ancién regime.³⁶ Em agosto de 1831, era inaugurada a Praça do Mártires da Pátria, um monumento celebrando os heróis de 1817 e 1824, lado a lado.³⁷

Todo mundo sabe que a queda de Pedro I, em 1831, não resultou numa república. Mas, naquele momento em Pernambuco, não é irreal utilizar a expressão de Joaquim Nabuco, ao chamar a abdicação de Pedro de “revolução do 7 de abril”.³⁸ Depois viria a reversão, que serviu para que Teófilo Ottoni desse uma boa gozada nos liberais “exaltados”, ao chamar aquele evento a *ournée de dupes* brasileira,³⁹ afinal de contas Pedro fora derrubado ... mas tudo iria continuar do mesmo jeito.⁴⁰ Não só a monarquia, mas o Senado e a Nobreza foram mantidos. E os liberais radicais, como Cipriano Barata, que tanto lutaram contra Pedro, iriam terminar em cana do mesmo jeito que antes. Muitos outros liberais da primeira hora tornar-se-iam conservadores, até mesmo para conservar, literalmente, os direitos adquiridos⁴¹ - o que aliás é uma das eternas contradições do liberalismo.

Apesar desses desdobramentos posteriores, no Recife, durante os meses de maio a setembro de 1831, os “exaltados” tiveram a sua melhor hora. O próprio contexto internacional favorecia. Os jornais noticiavam com destaque os desdobramentos da revolução de 1830 na França que, naquele momento, não era ainda percebida na como uma *ournée de dupes*. E 1824 saíra da ilegalidade para virar monumento. A reintegração dos rebeldes de 1824, e afastamento dos oficiais que ajudaram a reprimir aquela rebelião, significava uma inversão radical da situação política dentro dos quartéis. Em agosto, um “comunicado” no principal jornal da cidade, que nada tinha de republicano, atrevia-se a dizer que a ventura do Brasil “não depende de testas coroadas”.⁴² A Setembrizada em si, ao abrir a caixa de Pandora dos desejos populares, seria a água fria que levaria os grupos médios urbanos e os liberais constitucionalistas do “partido moderado” - como dizia Nabuco - a perceberem que a tal “revolução” não poderia ir longe demais em Pernambuco, ante o risco de guerra civil e “haitianização” do país.

A cada dia que passava, aumentava a tensão entre as diferentes facções políticas. Dizem que, temendo as posições liberais do novo comandante

das armas, o brigadeiro Vasconcelos, e as possíveis mudanças na tropa de primeira linha, alguns civis ligados à “coluna” ofereceram-se voluntariamente para participar do policiamento da cidade.⁴³

É preciso ressaltar, que a rápida mobilização da tropa, celebrando o 7 de abril, não foi fruto do acaso, ou de uma súbita tomada de consciência, depois da letargia provocada pela derrota da Confederação em 1824. A guerra da Cisplatina teve um efeito ambíguo sobre o exército. Por um lado, como diria Joaquim Nabuco, o fracasso do Brasil garantiu a primazia da ordem civil. Por outro lado, olhando o problema da perspectiva da “soldadesca”, pode-se dizer que os anos de combate politizaram o exército. É por essa razão que, muito antes da queda de Pedro, em julho de 1830, o então comandante das armas de Pernambuco, Bento José Lamenha Lins, já escrevia à coroa falando da situação caótica na corporação. Havia oficiais colunas, liberais constitucionais e até “republicanos. Por conta dessa divisão, tanto falsários convictos quanto os rebeldes da tal “República de Afogados”, haviam fugido facilmente da cadeia. Acreditava ainda, que a animosidade dentro da tropa era fomentada pela imprensa. Por conta da agitação, teve que remover 7 oficiais liberais da artilharia.⁴⁴

Em outubro de 1830, era a vez de um oficial escrever ao jornal queixando-se do seu superior. O problema era o mesmo: dizia que, ao chegar da guerra, encontrou a tropa dividida entre “farroupilhas” e colunas. Sem nenhuma razão, foi então preso pelo seu comandante.⁴⁵

Enquanto aumentava a animosidade, chegava ao Brasil a notícia da revolução de julho de 1830 na França. A queda de um rei absoluto foi recebida com entusiasmo pelo Brasil a fora. No Recife e noutras capitais, muita gente ganhou às ruas para festejar.⁴⁶ O contexto ajudava assim os exaltados, que identificavam os colunas com os ultra-realistas franceses.⁴⁷ Até o cônsul francês deu uma mãozinha, hasteando a *tricolore* no dia do aniversário de Pedro - uma indelicadeza diplomática, no mínimo.⁴⁸

O movimento de maio de 1831, portanto, não foi uma reação espontânea, mas o resultado de um longo processo, que o 7 de abril serviu para catalisar, dando a vitória aos liberais exaltados. Vitória momentânea, mas saboreada com muito gosto.

Quando o Brigadeiro Vasconcelos assumiu o comando das armas de Pernambuco, em julho de 1831, os quartéis do Recife estavam em franca ebulição. A substituição de vários oficiais, assim de repente, de maneira quase brutal, diluíra a disciplina. Já se falava nos jornais que o novo comandante das armas deveria agir com moderação, claro, evitando assim “capitular com (sic)

a desenvoltura da tropa".⁴⁹

Depois que aconteceu a Setembrizada, apareceram várias explicações para o fato dela ter ocorrido durante o comando de um oficial ligado aos liberais, e não antes, em 1830, por exemplo, quando já havia muita animosidade e espírito de partido dentro da tropa. Uma das explicações levantadas, seria o aumento dos castigos corporais, durante a gestão de Vasconcelos, visando melhorar a disciplina. Deve ter sido verdade, entre as palavras de ordem da Setembrizada estava um "fora ao castigo da espada". Mas, por outro lado, todo mundo sabe que isso já existia antes. Abusos desse tipo eram cometidos até com as milícias, onde eram proibidas punições humilhantes, que, mesmo assim, eram praticadas em pleno apogeu liberal.⁵⁰ Vale salientar, que os castigos corporais continuariam existindo depois da Setembrizada e nem por isso os soldados fizeram um motim semelhante nos anos seguintes. A bem da verdade, violência mesmo foi depois, quando muita gente espancada e executada sumariamente, como veremos adiante. Depois de pacificada a província, e remetidos presos mais de oitocentos soldados, o comandante das armas, que substituiu o brigadeiro Vasconcelos, distribuiu ainda umas 300 chibatadas por indisciplina em apenas dois meses.⁵¹

Os maltratos e a rígida disciplina ajudam, portanto, a entender a Setembrizada, mas não são suficientes, mesmo porque, não foi somente mais dureza que Vasconcelos trouxe para a tropa. Houve também um outro lado. Uma de suas primeiras medidas foi melhorar o rancho dos soldados, pois a farinha e o toucinho eram péssimos. Buscou ainda investigar suspeitas de fraude nas compras para manutenção da tropa. Dizem que havia gente ganhando dinheiro até na engorda dos cavalos ... que voltavam tão magros quanto tinham ido. Suspendeu ainda o contrato de fornecimento da tropa, pois o arrematante estava dando menos da metade do que cabia a cada soldado. Isso tudo era feito com a conivência de oficiais, alguns dos quais chegavam a utilizar a seu "bel-prazer" o dinheiro da manutenção.⁵²

Um outro problema que Vasconcelos tentou enfrentar foi a relativa impunidade dos criminosos militares. Ao tomar posse do cargo tentou dar maior celeridade aos 28 processos de réus militares no Recife, nove dos quais ainda não tinham culpa formada.⁵³

Esses sinais de corrupção dentro da tropa de primeira linha devem ter abalado a moral dos soldados e fomentado ainda mais a desobediência. Paradoxalmente, portanto, as medidas moralizantes podem ter contribuído para desestabilizar ainda mais a linha de comando - até mesmo porque os acusados de corrupção terminavam também sendo também acusados de serem colunas,

como se ladrão e absolutista fossem a mesma coisa.

Acrescente-se aqui, mais uma vez, a permanente redução das relações sociais para um nível mais rasteiro, pessoal mesmo. A reintegração dos anistiados de 1824 e demissão dos colonos, significava a substituição dos perseguidores pelos perseguidos. Os jornais da época consideravam isso um incentivo a vinganças.⁵⁴ E não era para menos, o próprio Vasconcelos encarregou-se de continuar a caça às bruxas, ao aceitar uma lista de oficiais que seriam colonos, entregue pelo tenente Francisco Roma, o oficial mencionado acima, que comandou o primeiro batalhão a se amotinar em maio.⁵⁵

Por si, esse clima de incertezas, acrescentado com o tempero das complexas relações raciais, já seria uma boa receita para um levante de soldados. Mas havia ainda alguns agravantes.

Um deles é que o “povo” fora chamado a participar do levante de 6 de maio. Agora então, poderia muito bem começar a cobrar as reformas prometidas pelo 7 de abril. A bem da verdade, desde o motim de 6 de maio que o governo temia a mobilização da população urbana junto com a tropa. Foi essa a desculpa do desembargador que presidia a província para ceder ante as exigências dos amotinados, que conseguiram a adesão do “povo” e de todas as tropas - até dos guardas das prisões do Recife.⁵⁶

Nos meses seguintes correram boatos de que se planejava algum levante, seja para apressar a reintegração dos rebeldes de 1824 aos antigos cargos, seja por qualquer outro motivo. O comércio, termômetro do clima político, sentia a insegurança das ruas do Recife, cada vez mais arriscadas para os brancos.⁵⁷

O próprio comandante das armas não parecia estar no pleno controle da situação. Apesar de ter ao seu dispor centenas de soldados adestrados na guerra da Cisplatina, recusou emprestar uma força para combater desordens que resultaram em mortes na comarca de Una - onde depois eclodiria a Cabanada - alegando que não tinha tropas disponíveis.⁵⁸

Não deve ser esquecido que as notícias corriam rápido. Os motins militares do Rio de Janeiro do dia 15 de julho, já eram comentados no Recife apenas quinze dias depois, confirmando a impressão de que os soldados tinham de fato muito da tal “desenvoltura” que Vasconcelos deveria conter.⁵⁹

Pior ainda é que essa movimentação de pessoas pelas ruas, o vozerio de soldados sob frouxa disciplina, os discursos nos bancos das praças, as conversas pelas tabernas, terminava também chegando aos ouvidos dos escravos. Escravos que muitas vezes estavam melhor informados do que supunham seus senhores, haja vista a rapidez com que se espalharam as notícias sobre a revo-

lução no Haiti no final do século XVIII, um referencial sempre presente nas mentes dos cativos do novo mundo. Os negros do Recife não precisavam de intermediários brancos para saberem o que ocorria noutros lugares. Tinham seus próprios canais de informação através dos inúmeros marinheiros negros que navegaram a costa do Brasil por mais de trezentos anos. Alguns deles estavam a venda na cidade na rua do Queimado, em 1831.⁶⁰ Como qualquer escravo, vez por outra também fugiam, como um rapaz vindo de São Tomé, cuja fuga foi anunciada, também no final de 1831. Era capaz até de falar “inglês alguma coisa”.⁶¹

Havia ainda uma outra ligação perigosa para a ordem: entre os escravos urbanos e os negros quilombados na floresta do Catucá. Mapas do século passado mostram que a mata começava na saída das cidades gêmeas de Recife e Olinda. Uma das trilhas nessa direção está claramente indicada num mapa de 1836, com o sugestivo nome de “caminho do homem do mato”.⁶² Os quilombolas costumavam atacar os arrabaldes, chegando até à povoação de Beberibe. Isso indica inclusive que a conexão com os escravos do Recife podia também ser feitas pelas mulheres. Ali, onde a água do rio Beberibe era límpida, as escravas lavavam as roupas dos seus senhores e senhoras do Recife desde 1817. Depois voltavam, provavelmente de canoa, remadas por negros, muitas dos quais eram também cativos.⁶³

As redes de comunicação entre os quilombolas e os negros do Recife ficaram evidentes em 1827, quando o Conselho de Governo reuniu-se para tomar medidas efetivas contra o quilombo. Não era a primeira vez que isso acontecia, muito pelo contrário. Após ter debelado a Confederação do Equador, o general Lima e Silva marchou para o Catucá com toda a tropa que dispunha.⁶⁴ Mas, bastou a força ir embora para que os mocambos voltassem a crescer. Na tal reunião de janeiro de 1827, a elite dirigente de Pernambuco estava sob pressão. Temia-se que o líder Malunguinho e seus seguidores atacassem o Recife. Muita ousadia! É relevante notar ainda que as autoridades acreditavam que os *malunguinhos* inspiravam-se na rebelião que ocorrera pouco antes em Salvador.⁶⁵

Os escravos do Recife, portanto, tinham noção do que estava acontecendo a sua volta. E trocavam idéias com “desenvoltura” já antes da queda de Pedro. Em março de 1831, um sujeito queixava-se amargamente num jornal das desordens causadas pelos negros do Recife. Chegou a dizer que cada taberna era um “quilombo”, e o taberneiro, um “Malunguinho”, numa clara alusão ao líder negro.⁶⁶ Deve ter sido para acabar com esse tipo de ajuntamento que, logo depois da Setembrizada, a Câmara Municipal resolveu proibir o

livre comércio de garapa (caldo de cana fermentado), sob a desculpa do “mal que causava a saúde dos escravos”.⁶⁷ Em dezembro uma postura proibía a presença de negros e “vadios” dentro dos locais onde se vendiam bebidas alcóolicas.⁶⁸

Naqueles meses entre maio e setembro de 1831 aumentaria o perigo de insubordinação dos escravos do Recife, que poderiam muito bem entender que a queda de Pedro poderia lhes beneficiar. Aliás, sob o ponto de vista legal pelo menos, o tráfico deveria ter acabado desde 1829, segundo rezavam os acordos entre a Inglaterra e o Brasil. E mais, a historiografia muitas vezes não se importa com os projetos do passado que não deram certo. Mas quem viveu naquela época sabia que, num daqueles seus arroubos neo-populistas - que no caso era do inteiro agrado do governo inglês - Pedro mandou publicar uma declaração autorizando os governo provinciais a elaborar planos para a emancipação gradual dos cativos a partir de 1828.⁶⁹ Essa medida não deu em nada, mas os editais foram publicados, chegando assim aos ouvidos dos escravos. 1831 era um bom ano para se cobrar essas promessas.

Os escravos urbanos ainda eram muitos nessa época. Uma contagem de 1827 indica uma população de quase vinte e oito mil habitantes somente nos três bairros realmente urbanizados da cidade: Recife, Santo Antônio e Boa Vista. Era cativa 44,6 por cento da população do bairro do Recife, 22 por cento de Santo Antônio, e 35,8 da Boa Vista.⁷⁰ Vale a pena lembrar que esses censos subestimavam a população escrava (claro, ninguém queria revelar sua riqueza), o que significa dizer que a proporção de escravos urbanos poderia ser ainda maior do que os dados indicam. Se concordarmos com Peter Eisenberg de que os cativos representavam entre 1/3 a 1/4 da população total da província nessa época, pode-se concluir que o trabalho escravo no Recife, principalmente na zona portuária, o bairro do Recife, era tão intenso quanto em muitas áreas rurais.⁷¹

É evidente que esse tipo de ameaça tinha que ser contida. No calor do apogeu liberal, começaram a ser preparadas, e depois publicadas, uma série de posturas municipais restringindo a movimentação dos escravos pelas ruas do Recife. Entre elas estava a proibição de circularem depois das oito horas da noite. Como qualquer medida restritiva, só tinha sentido ser promulgada se houvesse uma conduta prévia a coibir. Percebe-se, portanto, que os negros do Recife aproveitaram-se da desordem para tomarem às ruas à noite. Depois de agosto de 1831, todavia, só com um bilhete do senhor.⁷²

Um outro foco de tensão naquele ano era a circulação da moeda falsa de cobre. Era conhecida por “xexem”, ou “chanchan”, onomatopéia muito

apropriada para moedinhas que, balançadas num saco, soavam como dinheiro, faziam xexem realmente, mas eram falsas. A desconfiança e depois a rejeição pura e simples da moeda de cobre atrapalhava muito o comércio a retalho, atingindo assim o cotidiano da população urbana. O pior é que nem as autoridades conseguiam sempre distinguir xexem de dinheiro. O resultado é que até as tropas vez por outra terminavam sendo pagas dessa forma. Claro que isso aumentava ainda mais a insatisfação nos quartéis. Insatisfação que continuaria entre a soldadesca da Setembrizada, mesmo depois de presa na ilha de Fernando de Noronha, onde queriam receber os atrasados e, é claro, tentar fugir de jangada de volta pra Pernambuco.⁷³

O pagamento com xexem é uma das motivações da rebelião, mas sozinha também não é uma causa suficiente para explicar a Setembrizada, afinal de contas, por um bom tempo os soldados continuariam a ser pagos com moedas de cobre falsa. Nem os homens que combateram a Cabanada (1832-1835), guerra duríssima, com sérias baixas, escapariam disso. Por esse motivo, houve deserções em pleno calor da batalha, e um corpo de tropa amotinou-se, chegando a marchar de volta para o Recife.⁷⁴

Podemos agora resumir as tensões do momento em cinco feixes de questões. O primeiro seriam as questões raciais; o segundo a quebra da hierarquia militar; o terceiro a insegurança econômica e política no Recife. Esses três feixes foram tratados acima. Existem ainda mais dois, subestimados pela historiografia, mas que são fundamentais para se entender o levante militar de Setembro de 1831.

O primeiro deles foi o início da desmobilização da tropa que havia lutado na Cisplatina. Esse processo começara ainda no final do primeiro reinado, mas seria acelerado naqueles primeiros meses depois da queda de Pedro I. Por causa da guerra, o Brasil chegou a ter aproximadamente trinta mil homens em armas, consumindo dois terços do orçamento do país. Nunca é pouco reafirmar que foi essencial a participação das forças armadas na queda de Pedro I. Só que, uma vez no poder, os liberais constitucionalistas trataram logo de diminuir drasticamente os efetivos, e podar as prerrogativas da corporação, criando a guarda nacional em agosto de 1831.⁷⁵ A razão para isso era simples: um exército muito forte aumentava o risco de um golpe de Estado. O surgimento de uma ditadura militar não era um cenário absurdo. Bastava olhar ao redor do Brasil para ver como era possível acontecer. Muito pelo contrário, houve um claro risco de golpe ainda em 1828, quando Pedro teve que demitir todo um gabinete ante a ameaça do ministro da guerra de que os seus “constituintes” não se conformariam com a diminuição do seu orçamento.⁷⁶ Ao assumir o

poder, a regência encarou esse problema como uma das suas prioridades. Por volta de agosto de 1831, o efetivo reduzira-se a 10 mil homens.⁷⁷ Para facilitar a desmobilização, o parlamento brasileiro limitou o tempo de serviço obrigatório dos recrutados de 7 para 6 anos.⁷⁸

Por todo o país, a soldadesca começou a ser sumariamente dispensada do serviço. Milhares de homens, portanto, estavam sendo postos na rua naqueles primeiros meses após o sete de abril. O caso de Pernambuco serve de modelo para o problema que criado pelo rápido processo de desmobilização.

Em Pernambuco havia tropas de várias províncias nordestinas e até do sul e sudeste do país. Claro que, em todo o país, houve batalhões dispensados quando estavam perto do lugar de origem, facilitando assim a vida dos recrutas. Mas não era esse o caso de todos. Muita gente ficou longe de casa mesmo.⁷⁹

Essa política trazia problemas para a soldadesca pois não era fácil atravessar o Brasil numa época de tecnologia pré-industrial. Isso significa, que muita gente teria que ficar onde estava, sem terra, moradia, emprego, muito menos dinheiro pois, como vimos, os salários com frequência atrasavam quando não eram pagos em xexem mesmo. As autoridades entendiam esses problemas e consideravam uma questão complexa a dispensa de centenas de homens, que terminariam vagando pelas ruas da cidade.⁸⁰ E não eram homens qualquer. Era gente com treino militar; soldados que aprenderam a ser brasileiros lutando no Prata e depois derrubando um rei; rei visto na retórica liberal como um estrangeiro que mandava no país. Ao se tentar entender a desmobilização em massa da perspectiva dessas pessoas, percebe-se que não foi exagerado o comentário de um missivista no *Diários de Pernambuco*, dizendo que teria ouvido um soldado dizer: "dêem-me meu soldo e mandem-me pra casa que eu sou capaz de tentar mil coisas".⁸¹

Os soldados percebiam a situação e não se conformavam. Em agosto chega em Pernambuco um contingente de mais de 200 homens "nimiamente insubordinados". Vieram do Rio de Janeiro, onde há pouco havia acontecido um levante militar. Eram, portanto, homens politizados, que poderiam realmente unir-se aos demais soldados no Recife. O governo agiu rápido, deixou que 135 desembarcassem. O resto não. Foram remetidos para o Ceará.⁸²

Ser recrutado era uma violência. Mas ser dispensado nessas condições também era. Só que havia uma diferença, após a experiência militar, os homens ameaçados de dispensa estavam mais politizados e habilitados a se defenderem do que quando foram recrutados.

O segundo problema que precisa ser tratado, foi a criação simultânea de outras hierarquias justapostas as já existentes, no caso o corpo de ordenan-

ças e o exército. A justiça de paz, a guarda nacional e a aristocrática guarda municipal da cidade do Recife, tinham funções que se confundiam facilmente. Daí porque, na história imperial houve sempre muito dessa estória de alguma autoridade que vai lá e prende o sujeito, chega outro figurão e solta, e assim por diante. Em 1831, esses conflitos de jurisdição acrescentariam um pouco mais de azedume nas relações entre a soldadesca, os seus superiores e a nobreza da terra, que também se achava no pleno de direito de portar armas, dar ordens e marchar pelas ruas das cidade com seus fardamentos e insígnias.

Entre os corpos recém-formados, merecem atenção as guardas municipais, criadas nas capitais para manter a ordem interna. Quem iria confiar no exército para esse fim? Conforme a oportunidade, e circunstâncias de cada lugar, essa guardas era mais, ou menos, elitista. A de Pernambuco aceitava votantes como soldados, mas só os eleitores poderiam ser oficiais. O seu comandante era um velho líder de 1824, Francisco Antônio Pereira dos Santos. A grande maioria pagou pelos seus próprios cavalos. Na correspondência com a corte, fica claro que, além de combater ladrões e fabricantes de xenxem, ela visava também vigiar o batalhão que viera do Rio, “cuja insubordinação se teme”.⁸³

Mas, para completar os efetivos nas rondas, era preciso soldados treinados. Só que não agradava a estes a possibilidade de serem comandados por algum daqueles pachorrentos oficiais de segunda linha. Lógico, os veteranos da guerra Cisplatina tinham seus próprios brios.⁸⁴ Para completar o clima, como bem observou Manoel Correia de Andrade, os membros da guardas municipal recebiam um salário três vezes maior do que o que era pago aos soldados de linha.⁸⁵ Qualquer olhada displicente na documentação citada aqui deixa claro que, enquanto os soldados eram vistos como possíveis desordeiros pelas autoridades e imprensa, os membros da milícia eram vistos como cidadãos, patriotas, homens de bem. Não é preciso muita imaginação para perceber que, por trás desse discurso, havia também questões de classe e cor da pele.

Nesse clima tenso, o Brigadeiro Vasconcelos levava adiante os planos da Regência, cortando o efetivo militar. Nos três meses que ocupou o cargo de comandantes das armas de Pernambuco, dispensou mais de 160 homens.⁸⁶

O conflito mais sério entre milicianos e soldados aconteceria no dia 10 de julho de 1831. Durante uma patrulha uma tropa de cidadãos, prendeu dois soldados bêbados. Deviam estar perturbando mesmo. Não é fácil a reintegração de veteranos à vida normal. Ambos os detidos eram membros do batalhão 18 - justamente o que estivera a frente do motim de maio de 1831. Nessa hora, o que vale mesmo é o espírito de corporação. Os demais soldados que estavam

perto acudiram e a briga começou. Depois o tiroteio. Os milicianos, é lógico, não agüentaram e fugiram, alojando-se numa botica, donde continuaram a luta. Ninguém morreu, mas houve feridos graves. O susto foi grande. Na confusão os soldados teriam gritado "morrã paisanos". A paz só veio com a vinda de oficiais de primeira linha, inclusive do comandante do 18.⁸⁷

Nos meses seguintes continuaria esse clima de insegurança entre os soldados, que já deviam saber claramente que iriam ser dispensados. Mas quem viu a festa de 7 de setembro no Recife, não deve ter deixado de se impressionar com a pompa da celebração, como se estivesse tudo indo muito bem.⁸⁸ Só que, apesar das paradas e tudo o mais, os soldados já estavam prontos para o levante. Houve quem dissesse inclusive que o plano original era começar o motim naquele dia mesmo, mas resolveram adiar. O estopim teria sido a proibição dos soldados de deixarem os quartéis depois das 20 hs. Isso parece pouco, haja vista que sempre houve toque de recolher em momentos de perigo, como era o caso nessa época. Só que fazia muito pouco tempo que havia sido editado uma postura proibindo os escravos de ficarem nas ruas depois das oito horas. Escravos e soldados igualavam-se por um curto momento.⁸⁹

O motim de 14 de setembro de 1831 durou trinta e seis horas. Alguns detalhes ajudam a compreender o que aconteceu. Um deles, é que teria sido um dos corpos vindos do Rio de Janeiro que começou o levante. Entre os soldados, eram os corneteiros os mais entusiasmados, mas não chegou a ser identificada nominalmente alguma liderança. Mas algumas idéias foram claramente veiculadas, pois houve palavras de ordem ditas pelas ruas: "abaixo os colunas", vivas a D. Pedro II, "morte ao comandante das armas", e protestos contra os castigos corporais. Dizem que umas mil pessoas foram presas depois do motim. Ao certo sabemos duma lista com 823 militares, entre os quais o de mais alta patente era um sargento. Desses homens, 361 seriam remetidos para Fernando de Noronha. Houve escravos presos também, e o governo decidiu que eles deveriam ser reexportados de volta para a África - uma ordem que dificilmente foi cumprida.⁹⁰

A soldadesca desenfreada saqueou 9 lojas e 9 tabernas no bairro do Recife, 33 lojas e 21 tabernas em Santo Antônio e 3 tabernas na Boa Vista.⁹¹ Disse o cônsul norte-americano no Recife que, na noite do segundo dia, muitos soldados deixaram a cidade em direção ao interior levando os objetos roubados consigo.⁹² Passada a confusão, os jornais convocavam as pessoas para reaver os pertences que haviam sido recuperados.⁹³

A partir de Alfredo de Carvalho, dizia a mitologia historiográfica pernambucana que o local até hoje chamada de Chora-Menino, ganhou esse

nome por causa do massacre de soldados que houve por lá. Manoel Correia de Andrade contestou essa proposição. Não achou evidência disso. O nome do lugar provavelmente é anterior ao episódio. Agora, uma coisa é certa, morreu muita gente, e houve execuções sumárias por ali mesmo, no Chora-Menino, na Boa Vista, como denunciava *O Guararapes*, apenas 13 anos depois do episódio.⁹⁴ Talvez não seja exagero concordar com o total de 300 mortos, sugerido por Abreu e Lima, um contemporâneo desse fato, e irmão do oficial que liderou o motim de 5 de maio.⁹⁵

Só que é ingênuo pensar que essas pessoas morreram em combate. Está certo J. Mosher ao dizer que a existência de poucas baixas entre as autoridades prova que foram poucos os que morreram lutando, e muitos os que foram executados.⁹⁶ O General Abreu e Lima de uma certa forma sugeriu isso, ao dizer que trezentos soldados foram mortos pelas “mãos do povo”.⁹⁷ E realmente, se os 823 soldados presos tivessem realmente combatido, as coisas não teriam sido tão fáceis assim para a tropa formada por oficiais sem comandados, a clientela urbana e rural dos proprietários, e estudantes da Faculdade de Direito. Claro que nos relatórios e notícias de jornal, todos queriam mostrar seu heroísmo. Mas a soldadesca rendeu-se sem luta, a não ser um ou outro sujeito, aqui e ali, que resistiu, dando assim a oportunidade para as autoridades se vangloriarem depois.

A bem da verdade, vamos ser diretos, mais do que um levante, o que aconteceu em Setembro de 1831 foi uma deserção em massa. Tal como na revolução russa de 1817, os soldados votaram com os pés e foram para casa. Se não foi isso, não dá para entender porque os soldados, estando senhores de todas as fortalezas e quartéis, e bem armados, não atacaram o prédio do governo, nem fizeram reivindicações explícitas contra esse ou aquele comandante, sequer se mantiveram em grupos, unidos, resguardando posições defensivas.

Os soldados que haviam sido recrutados em Pernambuco, ou que já tinham formado redes de amizade ou parentesco na província, participaram das 36 horas de gritaria, saque e bebedeira, e depois foram para casa (daí porque muitos deles foram detidos nos arrabaldes). O resto ficou por ali mesmo, espalhados pela cidade. Pelo que contam as narrativas foram rendidos um a um, quando muito em pequenos grupos. Poucos resistiram realmente. Agora, uma vez presos, os senhores vingaram-se. Dizia *O Guararapes* que alguns liberalões de plantão ficaram com os roubos dos pobres coitados mortos no Chora-Menino.⁹⁸

Como levante militar, portanto, a Setembrizada foi muito menos violenta do que a repressão que veio depois. Agora, apesar da deserção em massa, o

que aconteceu no Recife não foi um movimento espontâneo, muito menos repentino, como pensavam muitos historiadores. Ele teve um ritual até. Antes de começar, estouraram uma girândola de fogos, o que deixa claro que houve combinação prévia. Depois disso, um a um os batalhões deixaram os quartéis.⁹⁹ O côsul americano no Recife também comentou que todo mundo no Recife sabia que a rebelião havia sido planejada com antecipação, mesmo que não tivessem ficado claros os seus propósitos.¹⁰⁰

E tem mais, embora os liberais radicais não tenham aparecido para apoiá-los - e muito menos os colunas - os soldados tinham idéias, evidenciadas nas palavras de ordem gritadas pelas ruas. O problema é o significado delas para esses soldados. Depois de terem lutado no Prata, e derrubado o absolutismo, continuavam a favor da constituição, só que se sentiam traídos. 1831 não foi somente uma *ournée des dupes* para as elites liberais, mas também para os soldados.

Ver os amotinados como homens completamente ignorantes, brutalizados, incapazes de interpretar o mundo que os cercava é exatamente a visão senhorial da Setembrizada. Na realidade, os soldados veteranos, que haviam completado os 7 anos de serviço, ou quase isso, tinham uma consciência política e uma visão de mundo muito mais complexa do que a grande maioria da população. Ao sair das províncias onde viviam para servir no Prata, ou pelo Brasil a fora, perderam o provincianismo doentio de que padeciam até homens abastados, como aqueles senhores de engenho tantas vezes exemplificados na literatura brasileira: gente que praticamente nunca saía do interior, vivendo ali, mascando tabaco, chupando cana, olhando o gado crescer, botando seus negros para trabalhar, indo de cavalo visitar o compadre em dia de missa, como se a vida se reduzisse a isso. Só isso. Quando algo grande acontecia, era grande para o local: um casamento, o nascimento de um menino, uma morte por vingança.

A soldadesca desenfreada não. Esses homens ganharam o mundo. Viram outras cidades. Navegaram pelo oceano. Alguns viveram o calor da batalha. Conheceram gente de várias partes do Brasil. Homens modestos com histórias de vida diversas, mas com eixos comuns de classe e cor da pele. É por essa razão que só é possível entender a Setembrizada, levando em conta a participação de soldados, pernambucanos ou não, que já haviam antes servido em outras províncias. Os que vieram do Rio então nem se fala: ajudaram a derrubar um rei.

Esses homens chegaram em Pernambuco sem um comando definido, pois a inversão política do 7 de abril quebrara a linha de comando de cima para

baixo. Mas a auto-estima e dignidade deles ninguém poderia tirar. Por que esses homens iriam-se submeter a castigos humilhantes, pagamento em xenxem, toque de recolher para escravos, virarem auxiliares de milicianos, e depois ainda serem dispensados do serviço assim, sem mais nem menos, com uma mão na frente outra atrás?

Vale ainda lembrar que não foram apenas os soldados servindo em Pernambuco que se amotinaram nessa época. A insatisfação era geral. Houve outros episódios semelhantes por volta de setembro de 1831 noutras províncias. Os contemporâneos inclusive perceberam isso.¹⁰¹ No Nordeste, o Ceará também teve sua Setembrizada, só que de proporções reduzidas. Mas, na frente do levante, estava um batalhão com soldados pernambucanos.¹⁰² Havia o risco do mesmo acontecer em Alagoas, mas as autoridades agiram rapidamente, devolvendo os soldados que vieram de Pernambuco. Não queriam “tropas veteranas” por lá.¹⁰³

Talvez devido às péssimas relações do meio acadêmico com o exército até bem pouco tempo, a historiografia sobre o primeiro reinado tende a subestimar o papel de militares na liderança popular urbana. Mas não há como entender os levantes ocorridos nas cidades brasileiras nesse período deixando de lado essa questão, muito menos em Pernambuco. Foi assim em 1817, movimento que não pode ser entendido a não ser com uma séria discussão do papel do baixo oficialado brasileiro. Não haveria Insurreição Pernambucana, sem o levante no quartel da artilharia. A mesma coisa em 1822, quando o baixo oficialato estava com Pedro I, forçando a junta de governo a assinar um documento aderindo a “causa do Rio de Janeiro”. De novo em 1823, quando, segundo Frei Caneca, a “soldadesca insubordinada e desenfreada” e a “canalha exaltada” tomaram a cidade.¹⁰⁴ Novamente no final de 1823, quando a tropa que veio da guerra da Bahia deu um golpe, reconduzindo os federalistas ao poder. Em 1829 quando alguns oficiais agitaram tanto que terminaram sendo acusados de tentarem fazer uma república no bairro de Afogados. Por último, ainda houve o levante de maio de 1831, e depois a Novembrada - o oposto da Setembrizada, pois nessa só havia oficiais e gente que percebiam a si próprios como brancos.

À frente desses episódios, estavam homens de farda, como o pardo Pedroso em 1817, 1822 e fevereiro de 1823, o liberal Falcão no final de 1823, Roma em maio de 1831, o Tenente Viana em Novembro de 1831, e finalmente os soldados da Setembrizada.

Em 1831 fechava-se um ciclo de rebeliões militares nas quais a população e a soldadesca se juntavam. Daí em diante, toda vez que se encontrassem estariam de lados opostos.

De uma certa forma, pedindo perdão pelo anacronismo, o exército nesses episódios funcionou em boa parte como agente substituto - o velho conceito de Gramsci. Simplificando, eles foram os agentes de um movimento visando mudanças em benefício de determinadas camadas sociais. Só que as estruturas de poder não permitiam que a liderança do movimento saísse dessas camadas. O exército substituiu assim os possíveis líderes dessas camadas em benefício da quais estavam atuando. Na Setembrizada, os soldados desertaram por razões bastante específicas. Mas, por trás da decisão de abandonarem os quartéis, estavam os interesses pessoais de homens advindos dos grupos subordinados. Homens traídos pelas promessas não cumpridas, da independência à queda de Pedro. Por essa razão, os pardos e negros do Recife aceitaram a liderança dos militares e prontamente aderiram ao motim. Houve quem interpretasse a Setembrizada como um movimento urdido por "cidadãos de cor mais leviaños", que não gostavam da situação em que viviam.¹⁰⁵ Haveria assim em Pernambuco um partido agitador que passara "intrigar pardos e pretos contra os brancos".¹⁰⁶

Nas trinta seis horas que a cidade esteve ocupada, Felipe, um cabinda fujão, foi visto no meio da "soldadesca levantada, vestido de branco e chapéu de palha".¹⁰⁷ Essa cena descreve bem o que deve ter sido a Setembrizada: um levante no qual negros e pardos acompanharam a tal soldadesca levantada, que devia ter líderes sim. Não foi nada espontâneo não. Só que seus nomes foram abafados pela execução, ali mesmo no Chora-Menino, selando com sangue o fim de um período em que a soldadesca e a população vez por outra ficavam do mesmo lado.

Abstract: This paper is an attempt to understand the motivations and the meaning of the 1831 barracks uprising in Recife, best known as the "Setembrizada".

NOTAS:

- 1 Essa expressão é do Ministro da Guerra. Ofício ao Comandante das Armas, 23/09/31, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/10/31.
- 2 *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/09/1831.
- 3 Francisco Augusto Pereira Da Costa, *Anais Pernambucanos*, Recife, Fundarpe, 1983-1985, vol. 9. Manuel Correia de Andrade, *Movimentos Nativistas em Pernambuco*,

- Recife, UFPE, 1971. Mário Márcio de Almeida Santos, "A Setembrizada", *Clio*, 1982, vol. 5.
- 4 Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, Paris, Garnier, 1897, vol. 1, p. 28.
- 5 Veja-se Marcus J. M. de Carvalho, "Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil): 1821-1835", Urbana, Tese de Ph.D., University of Illinois at Urbana-Champaign, 1989, cap. 1.
- 6 Na perspectiva regionalista, em 1831, já estavam claramente delineados os problemas do colonialismo interno, dividindo-se a câmara entre o "partido do norte" e o "partido do sul". Veja-se: *Diário de Pernambuco* (Recife), 21/06/1831, 24/02/1832, 09/03/1832.
- 7 O engenho do pai deles serviu de quartel general para as tropas reais que vieram esmagar a república. Holanda Cavalcanti, chegou a comandar um efetivo contra a Confederação do Equador. Antônio Joaquim de Mello (Editor), *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, Recife, 1875; reedição: Recife, Assembléia Legislativa, 1972, tomo. 1, p. 48-49.
- 8 Um deles, Francisco de Paula, passou pouco tempo no Rio, ficando a maior parte da sua carreira no Recife, mesmo depois que se tornou Senador. Tornou-se Vice-Presidente de Pernambuco no começo dos anos vinte, cargo quase eterno, pois assumiria a presidência efetiva pelo menos sete vezes entre 1826 e 1844.
- 9 O quarto irmão, Pedro Francisco (futuro Barão de Camaragibe e Senador) ainda era jovem nesse período.
- 10 *Falas do Trono*, Rio de Janeiro, 1889; reedição: São Paulo, Melhoramentos, 1977, p. 112.
- 11 Sobre o papel dos letrados, na suavização dos atritos entre a aristocracia agrária e a coroa, durante o processo de formação do Estado luso-brasileiro, veja-se: Eul-Soo Pang e Ron L. Seckinger, "The Mandarins of Imperial Brazil", *Comparative Studies in Society and History*, (1972), março, pp. 214-244. José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, Rio de Janeiro, Campus, 1981.
- 12 A partir dos estudos de Amaro Quintas sobre a Praieira, costuma-se considerar que os Cavalcanti passaram a dominar a política Pernambucana desde 1837. Mas o processo é mais antigo, começando já na segunda metade dos anos vinte. Os contemporâneos perceberam isso. Em 1831, já eram criticados abertamente no *Diário de Pernambuco*. Dizia o articulista que, até então, os Cavalcanti haviam sido poupados, mas isso não era mais possível, pois não era desejável "que uma família prepondera e domine a nossa província". *Diário de Pernambuco* (Recife), 09/07/1831. Veja-se também o *Diário de Pernambuco* (Recife), 25/10/1831, 05/10/1831, 26/10/1831.
- 13 Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 13/05/1831, 07/05/1831. "Ata da Sessão do Conselho de Governo", 06/05/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 16/05/1831. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Correspondência da Corte, vol. 32, 13/05/1832. *Diário de Pernambuco* (Recife), 10/05/1831.

- 14 Abreviatura para os aliados da sociedade absolutista Coluna do Trono e do Altar, organização nacional, fundada em 1828 com sólidas ramificações em Pernambuco, no exército, clero e burocracia. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 20/11/1829. *Diário de Pernambuco* (Recife), 14/05/1829, 06/06/1829, 16/11/1829.
- 15 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Correspondência da Corte 32, 30/01/1830, 13/05/1831. *Diário de Pernambuco* (Recife), 22/07/1830.
- 16 *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/09/31
- 17 Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, p. 394.
- 18 Veja-se: Ulisses Brandão, *A Confederação do Equador*, Recife, Oficina Gráfica da Repartição de Publicações Oficiais, 1924, pp. 130-135. Carvalho, “Hegemony and Rebellion”, cap. 1. Maria do Socorro Ferraz Barbosa, “Liberais e Liberais”, São Paulo, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1991, cap. 3.
- 19 *Diário de Pernambuco* (Recife), 25/05/1831.
- 20 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 06/05/1831; Correspondência da Corte, vol. 32, 13/05/1831. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 07/05/1831. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro): Lata 306, Pasta 61, 13/05/1831.
- 21 Inclusive gente da antiga aristocracia agrária do interior, como o Capitão Mór de Vitória de Santo Antão Domingo Torres Galindo, que em 1832 se envolveria no *pronunciamiento* absolutista, a “Abrilada”, que por sua vez detonou a Cabanada em Pernambuco e Alagoas. “Ata do Conselho de Governo”, 06/05/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 16/05/1831.
- 22 *Registro Oficial do Governo do Pernambuco* (Recife), 04/08/1822. *Typhis Pernambucano* (Recife), 01/04/1824. Pereira da Costa. *Anais*, vol. 9, 19-24. Francisco Augusto Pereira Da Costa, *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, 1882; reedição: Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, p. 204.
- 23 Cartas de 17/11/1823, 18/11/1823 apud Antônio Joaquim de Mello, *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, Recife, 1895; reedição: Recife, UFPE, 1973, vol. 1, pp. 194-198. Veja-se também *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (Recife), 19/11/1823.
- 24 *Typhis Pernambucano* (Recife), 26/02/1824. Basílio Quaresma Torreão, “Um episódio da história da rebelião de 1824 em Pernambuco”, apud Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, p. 36. Segundo seus adversários, ao se exilar na Europa, Martins teria encontrado Pedro em Londres para tramar um golpe pela volta do imperador ao Brasil. *O Harmonizador* (Recife), 17/05/1832. *O Carapuceiro* (Recife), 28/04/1832. Cartas de 05/06/1832 apud *O Equinoxial* (Recife), 10/08/1832.
- 25 *Typhis Pernambucano* (Recife), 12/02/1824, 26/02/1824. *Registro Oficial do Governo do Pernambuco* (Recife), 08/04/1824. Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, p. 12.
- 26 *Perfis Parlamentares: Nunes Machado*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1978, p.

97. Sobre o recrutamento, veja-se: Michael C. McBeth, "The Brazilian Recruit during the First Empire: Slave or Soldier?", in Dauril Alden and Warren Dean, Eds., *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*, Gainesville, University of Florida Press, 1977. Hendrik Kraay, "Soldiers, Officers, and Society: The Army in Bahia, Brazil, 1808-1889", Austin, University of Texas, Tese de Ph. D., 1995, cap. 6.
- 27 "Petição" de 06/05/1831 apud Diário de Pernambuco (Recife), 16/05/1831. Manuel Correia de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, Rio de Janeiro, Conquista, 1965, p. 23. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Correspondência da Corte vol. 32, 13/05/1831.
- 28 *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/02/1830.
- 29 Voto de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, apud, Mello (Editor), *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*, tomo. 1, p.36.
- 30 O próprio Feijó depois se encarregaria de depurar o Tribunal da Relação de elementos indesejáveis para a Regência, sob a alegação de que havia 18 desembargadores em Pernambuco, quando era preciso apenas 9. Metade deles foram demitidos ou remanejados, dos que sobraram, seis estavam entre os mais antigos. "Relatório do Ministro da Justiça de 17/05/1832", apud Diário de Pernambuco (Recife), 14/06/1832. Carvalho, "Hegemony and Rebellion", cap. 4.
- 31 Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1979, vol. 1, p. 299. Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, p. 24. Idem, *Movimentos Nativistas*, pp. 67-69. José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1975, p. 76. *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/9/1831. É curioso notar, todavia, que a queda de Pedro não guindou necessariamente ao poder os oficiais ligados aos constitucionalistas. Na prática, o comando do exército continuaria nas mãos de Lima e Silva, o último ministro da guerra de Pedro I que, após o 7 de abril foi promovido a membro da regência trina, cargo que só deixaria devido a problemas de saúde. Ao mandar Vasconcelos para Pernambuco, de uma certa forma livrava-se de um problema.
- 32 Apud Mário Márcio de Almeida, *Um Homem contra o Império: Antônio Borges da Fonseca*, João Pessoa, União, 1994, p. 51.
- 33 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Juizes Ordinários 2, 18/11/1829. *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/10/1829. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 10/02/1830, 08/03/1830. Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Correspondência da Corte, vol. 32, 04/06/1831.
- 34 Veja-se: *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/06/1831.
- 35 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Correspondência da Corte, vol. 32, 27/07/1831.
- 36 *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/06/1831. Ofício de 11/07/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/08/1831. "Ordem do dia", 14/07/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 14/07/1831.

- 37 *Diário de Pernambuco* (Recife), 03/08/1831. Pereira da Costa, *Anais*, vol. 9, pp. 405-406.
- 38 Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p.23 e segs.
- 39 Literalmente jornada dos bobos - ou otários: a revolução de 1830 na França fora feita para derrubar Carlos X, mas terminou guindando ao poder o Duque de Orleans Luís Felipe, um primo do rei deposto. No final das contas, muito pouco mudou. O governo seguinte além de corrupto, não fez as reformas esperadas, e continuou reprimindo os liberais constitucionistas e republicanos - os bobos - que fizeram a revolução.
- 40 Apud Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 28, nota 1.
- 41 Numa daquelas cartas que se escrevia para os jornais, dizia um sujeito, em julho de 1831, que muito republicano em 1824, virou depois coluna, e até mesmo “barragrandista” - uma alusão a freguesia donde saíram as tropas realistas para atacar Pernambuco em 1817, e novamente em 1824. *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/07/1831.
- 42 *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/08/1831.
- 43 *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/07/1831.
- 44 Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 28/07/1830.
- 45 Carta de 08/10/1830, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/10/1830.
- 46 Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 23/10/1830. John Armitage, *História do Brasil desde o Período da Chegada da Família de Bragança em 1808 Até a Abdicação em 1831*, Rio de Janeiro, 1835; reedição: Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, p. 281. Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 21. Otávio Tarquínio de Souza, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, vol. 5, p. 113. Leslie Bethell e José Murilo de Bethell, “Brazil From Independence to the Middle of the Nineteenth Century”, in Leslie Bethell (Editor), *Cambridge History of Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, vol. 3, p. 691.
- 47 *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/09/1830.
- 48 Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 10/23/30.
- 49 *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/07/1831.
- 50 *Diário de Pernambuco* (Recife), 13/07/1831.
- 51 Veja-se a correspondência, in *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/02/1832. Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 23.
- 52 *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/08/1831. Andrade, *Movimentos Nativistas*, p. 78. Após a Setembrizada, alguns liberais de prestígio na província, como o historiador oficial do momento Bernardo José da Gama e o Coronel José Maria Idelfonso, escreveram cartas à imprensa defendendo o Brigadeiro Vasconcelos, e elucidando detalhes da malversação de dinheiro público no exército. Chegaram a mandar uma petição ao Rio, tentando a recondução de Vasconcelos ao cargo. Veja-se a documentação transcrita no *Diário de Pernambuco* (Recife), 03/10/1831, 04/10/1831, 14/10/1831, 05/11/1831, 14/11/1831, 16/11/1831 30/12/1831, 20/02/1832.
- 53 *Diário de Pernambuco* (Recife), 31/08/1831.

- 54 *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/07/1831
- 55 Seguindo a tradição política da família, um dos irmãos do Tenente, também militar, participou da “República de Afogados”, em 1829. *Diário de Pernambuco* (Recife), 23/07/1831. “Correspondência Oficial” de 11/07/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/08/1831. Carvalho, “Hegemony and Rebellion”, p. 167.
- 56 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro): Lata 306, pasta 61, 13/05/1831.
- 57 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Correspondência da Corte, vol. 32 27/07/1831. *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/08/1831. *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/08/1831. *Bússola da Liberdade* (Recife), 07/08/1831.
- 58 Entre os assassinados estava um irmão de João Batista de Araújo, uma das principais lideranças dos cabanos. Ofício de 04/07/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/07/1831. Veja-se também a carta de Borges da Fonseca, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/08/1831. Da mesma forma, não quis enviar tropas de apoio, nem pagar o soldo de seis sujeitos encarregados de combaterem os negros aquilombados na floresta do Catucá. Correspondência Oficial,” 04/07/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/07/1831. Sobre o quilombo do Catucá, veja-se: Marcus Carvalho, “O Quilombo de Malunguinho: O Rei das Matas de Pernambuco”, in João José Reis e Flávio Gomes (Orgs.), *Liberdade por um Fio: História do Quilombo no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 407-432.
- 59 *Diário de Pernambuco* (Recife), 30/07/1831.
- 60 *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/10/1831.
- 61 *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/12/1831.
- 62 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Anexo I, Planta de 1836.
- 63 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Polícia Militar, vol. 1, 24/02/1826; Juizes de Paz 5, 23/11/1832; Polícia Civil, vol. 2, 02/08/1835. *Diário Novo* (Recife), 22/11/1834, 07/05/1835, 24/07/1835. L.F. de Tollenare, *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818*, Salvador, Progresso, 1956, p. 150.
- 64 “Correspondência Oficial,” 21/04/1825, 22/04/1825, apud *Diário do Governo de Pernambuco* (Recife), 04/06/1825.
- 65 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Atas do Conselho de Governo de Pernambuco vol. 2, 29/01/1827. Certamente referiam-se ao levante de agosto de 1826. Veja-se: João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 73-74.
- 66 *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/03/1831.
- 67 *Diário de Pernambuco* (Recife), 13/10/31.
- 68 *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/12/31
- 69 Veja-se o Edital in: *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/04/1828.
- 70 “Mapa demonstrativo das diversas povoações, vilas e cidades da província, indicando por comarcas, municípios e freguesias o número de casas, fogos, almas e lojas que contém cada uma delas”, in, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello,

Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco, Recife, 1852; Reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979, s.n.

- 71 Peter Eisenberg, *Modernização Sem Mudança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, Quadro 22, p. 170.
- 72 Veja-se a postura municipal transcrita no *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/08/1831.
- 73 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): “Relatório do Presidente da Província Francisco de Carvalho Paes de Andrade à Assembléia Provincial”, 01/12/1831. *Diário de Pernambuco* (Recife), 10/02/1832. Parecer de 29/05/1832, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 01/06/1832. Edital de 06/06/1832, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/06/1832.
- 74 Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 65, 06/12/1833, 06/06/1833. Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, pp. 161-166.
- 75 Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, pp. 26-28. Manoel de Oliveira Lima, *Formação Histórica da Nação Brasileira*, Rio de Janeiro, Leitura, 1944, p. 212. Néelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 115. Paulo Pereira de Castro, “A Experiência Republicana, 1831-1840,” in Sérgio Buarque de Holanda (Editor) *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 2, pp. 11-14. Faoro, *Os Donos do Poder*, p. 302.
- 76 Armitage, p. 242. Tarquínio de Souza, 5: 79. Faoro, *Os Donos do Poder*, vol. 1, p. 299.
- 77 Faoro, *Os Donos do Poder*, vol. 1, p. 302.
- 78 Lei de 22/08/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 17/10/1831.
- 79 Isso aconteceu até com mercenários contratados na Europa, que vieram servir em Pernambuco na metade dos anos vinte. Uma vez dispensados, receberam terras na província exatamente na área onde era o centro do quilombo do Catucá. Juntaram-se a eles as famílias de outros mercenários dispensados no sul do país, formando assim a colônia Amélia. Tiveram que lutar com a natureza e com os negros para sobreviverem. Dizem que pelo menos uma família teria sido massacrada pelos malunguinhos. A colônia foi um fracasso, desaparecendo ao mesmo tempo que o quilombo como se um tivesse acabado com o outro. Veja-se: Carvalho, “O Quilombo de Malunguinho”, pp. 423-424.
- 80 Arquivo Público Estadual de Pernambuco (Recife): Correspondência da Corte vol. 33, 24/12/1831.
- 81 *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/09/1831
- 82 *Diário de Pernambuco* (Recife), 13/08/1831. Devia estar se referindo ao levante de 12 de julho de 1831 na capital do império. Pereira de Castro, “A Experiência Republicana, 1831-1840,” p. 17. Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 62.
- 83 Arquivo Público Estadual de Pernambuco, Correspondência da Corte, vol. 33, 31/08/1831. “Correspondência Oficial”, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/09/1831.
- 84 Na maior parte do tempo, o que geralmente acontecia era o contrário, desde o período colonial, ou seja, eram os oficiais da primeira linha que vez por outra recebiam

- a incubência de comandarem milicianos. Glacyra Lazzari leite, *Pernambuco 1817: Estruturas e Comportamentos Sociais*, Recife, Massangana, 1988, pp. 168.
- 85 IHGB, lata 306, pasta 61, 13/05/1831.
- 86 Veja-se a correspondência in *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/02/1832
- 87 *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/07/1831, 14/07/1831.
- 88 Veja-se: o *Diário de Pernambuco* (Recife), 13/09/1831.
- 89 Edital in *Diário de Pernambuco* (Recife), 06/08/1831. Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, p. 25.
- 90 “Correspondência Oficial,” 20/09/1831, in *Diário de Pernambuco* (Recife), 03/11/1831. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Exército, IG1 64, 10/11/1831; IG1 65, 24/12/1831, 23/12/1831. *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/09/1831, 30/09/1831, 10/10/1831, 12/10/1831, 02/11/1831.
- 91 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro), Lata 306, pasta 61, 20/09/1831.
- 92 United States, Department of State, Correspondence from United States Consul in Pernambuco, 1817-1869, Microfilme T-344, 28/10/1831.
- 93 *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/10/31.
- 94 *O Guararapes* (Recife), 25/09/1844.
- 95 Apud Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 23.
- 96 Jeffrey Carl Mosher, “Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850”, Gainesville, Tese de Ph.D., University of Florida, p. 42.
- 97 Apud Nabuco, *Um Estadista do Império*, vol. 1, p. 23.
- 98 *O Guararapes* (Recife), 25/09/1844.
- 99 Uma narrativa muito interessante, porém pouco utilizada, do episódio está no *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/09/1831.
- 100 United States, Department of State, Correspondence from United States Consul in Pernambuco, 1817-1869, Microfilme T-344, 28/10/1831.
- 101 *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/10/1831.
- 102 “Correspondência Oficial,” 03/09/1831, apud *Diário de Pernambuco* (Recife), 05/11/1831.
- 103 Arquivo Nacional (Rio de Janeiro): Ministério do Império, IJJ9 280, 14/10/1831, 05/11/1831.
- 104 Typhis Pernambucano (Recife), 01/01/1824.
- 105 Veja-se o *Diário de Pernambuco* (Recife), 28/09/1831.
- 106 *Diário de Pernambuco* (Recife), 13/02/32
- 107 *Diário de Pernambuco* (Recife), 07/10/31